

# Texto prevê jornada de 40 horas em 2 anos, diz Cabral

Janio de Freitas

## Os novos exilados

Nova onda de cassações de parlamentares, sem distinção de partido, linha ideológica e princípios morais, está em curso na Constituinte e ameaça sua autenticidade, já de si relativa dado o abandono dos compromissos de campanha eleitoral por tantos constituintes.

Dos 559 cidadãos a quem 60 milhões de brasileiros delegaram a responsabilidade honrosa e intransferível de fazer nova Constituição para o Brasil, só a uns 10%, ou muito pouco mais, está sendo concedida a oportunidade de atender, e para o caso não importa se bem ou mal, à missão delegada pelas urnas.

Não incluído entre os 559 constituintes eleitos — ou nem incluído em qualquer número de eleitos do que quer que seja —, o presidente Sarney recusa-se a admitir a soberania da Constituinte e, daí, repele várias propostas constantes do anteprojeto e as tendências detectadas para votações futuras.

As divergências entre os constituintes eram já inevitáveis, não fossem eles filiados a partidos diversos e a correntes intrapartidárias conflitantes. Por isso mesmo o Regimento da Constituinte estabeleceu instâncias sucessivas de apresentação de propostas, seleção, montagem de anteprojeto e votações e revisões seguidas, até a votação final pelo plenário. Para atenuar as divergências e dar melhor fluidez aos trabalhos, criou-se o Grupo do Consenso, com a finalidade de buscar fórmulas aceitáveis pelo maior número de correntes, e esta iniciativa inspirou outras semelhantes. Nada de extraordinário em uma Constituinte.

Como o presidente Sarney não se limita, porém, a negar a soberania

da Constituinte, interferindo nos trabalhos com os vastos poderes de que desfruta, as divergências naturais dos constituintes receberam um aditivo artificial, sob a forma de sujeição da Constituinte, pelos que a dirigem, à Presidência da República.

Pela segunda vez, o deputado Ulysses Guimarães introduz adiantamentos no calendário da Constituinte para que sejam tentados acordos entre as exigências do presidente Sarney e as propostas ou tendências dos constituintes. Nem ao menos seriam acordos gerais, no entanto. Trata-se, como diz o próprio Ulysses, de "acordos de liderança" para evitar que certas questões, como o sistema de governo e o mandato de Sarney, sejam decididas em plenário, pelo voto. E até, antes disso, submetam-se aos 93 votos da Comissão de Sistematização, à qual incumbe preparar o esboço de Constituição a ser apreciado pelo plenário.

A modificação, no plenário, do que seja fixado pela Comissão de Sistematização, é por todos considerada muito difícil, necessitando de 280 votos. Com o tal "acordo de liderança" para definir o que deva ser emitido pela Comissão de Sistematização, com toda a probabilidade já será definido o que constará da nova Constituição. Logo, quem não figura entre os que negociam os "acordos de liderança" está tendo sua tarefa de constituinte impedida.

São 466 constituintes que não compõem a Comissão de Sistematização e mais algumas dezenas dos que a integram. Em 559, o total de marginalizados ronda os 500. São os novos cassados. Em uma Constituinte que vinha compor o Estado de Direito e abrir caminho à vida democrática.

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou ontem — durante encontro com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, com o presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), e com lideranças sindicais de quarenta entidades — que a redução



da jornada de trabalho para 40 horas semanais será incluída nas disposições transitórias da nova Constituição. A proposta é de que a redução da jornada se dê gradualmente, num período máximo de dois anos. Neste prazo ela seria negociada conforme as condições de cada empresa.

"Estamos apurando as arestas", declarou Bernardo Cabral, ao final da reunião, iniciada às 13h, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Entre as nove reivindicações apresentadas pelos sindicalistas, foi obtida uma solução também para a questão da aposentadoria. O relator comprometeu-se em suprimir de seu próximo

substitutivo a idade mínima para aposentadoria, estabelecida no último projeto constitucional em 53 anos para homens e 48 para mulheres. Quanto à questão da estabilidade no emprego, ela será negociada entre empresários e trabalhadores, que segundo Cabral tentarão chegar a um acordo antes da votação no plenário do Congresso constituinte.

"Se não modificarmos o substitutivo agora, será muito difícil conseguir modificá-lo depois", disse o presidente da CUT, Jair Meneguelli. A intenção na questão da estabilidade, segundo ele, é de encontrar uma proposta de consenso entre os noven-

ta dias, pretendidos pelos sindicalistas como prazo a partir do qual o empregado se torna estável, e os dois anos defendidos por Bernardo Cabral. "Talvez possamos chegar a um meio-termo entre um ano ou um ano e meio", afirmou Meneguelli.

Plenário Cabral disse ainda aos sindicalistas que levaria todas as sugestões apresentadas para debate no plenário da Comissão de Sistematização e do Congresso constituinte. Embora convidado, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, não compareceu à reunião.

# Proposta parlamentarista não evita impasse

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Refletindo por uma formulação necessariamente vaga a profundidade de suas divergências internas, os parlamentaristas no Congresso constituinte divulgaram ontem, às 17h30, documento afirmando que o sistema que defendem deve ser implantado "no atual período de governo". Ou seja, durante o mandato do presidente Sarney, cuja duração eles não definiriam, e segundo uma fórmula gradualista cujo cronograma também é objeto de discórdia.

O texto, que põe um fim provisório à maratona de reuniões iniciada no último sábado, foi recebido com uma mistura de desapontamento e desdém pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que vem negociando ao mesmo tempo em nome do Palácio do Planalto e dos presidencialistas: "Esperava uma coisa mais objetiva." A seu ver, com sua redação atual, o documento não serve de base para um entendimento e não pode ser traduzido em artigos e parágrafos para ser eventualmente incluído no segundo substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deve entregar até sexta-feira.

Impasse

Ou seja, há configuração de um impasse, o que torna praticamente impossível um acordo pelo qual os parlamentaristas entre si, e eles com os presidencialistas, evitariam um confronto no plenário da Comissão de Sistematização, a partir da quinta-feira, dia 24, quando se inicia a votação.

E, para este confronto, a correlação de forças entre os dois blocos já não seria favorável aos parlamentaristas, segundo levantamento feito ontem pela assessoria do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB. Dos 93 membros da comissão, 52 votariam pela manutenção da atual forma de governo, numa reviravolta que leva em conta o comportamento da bancada do PFL. De fato, ela acertara na semana passada com seu líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), que, na falta de uma solução negociada, votaria em peso na proposta de um sistema presidencialista.

Os efeitos em cascata provocados pela falta de um acordo podem ser ainda maiores. O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), centro-esquerda, afirmava antontem que, se não fosse para implantá-lo imediatamente,



Constituintes favoráveis ao parlamentarismo conversam na reunião de ontem

## O documento dos parlamentaristas

Esta é a íntegra do documento entregue pelos parlamentaristas ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ):

"Os abaixo-assinados, integrantes da Comissão de Sistematização, convencidos da necessidade da implantação do Sistema Parlamentarista de governo, vêm a V. Exa., Coordenador designado para os entendimentos finais, destacar os seguintes pontos fundamentais:

- "1 — A implantação do Sistema Parlamentarista deve ocorrer no atual período de governo.
- "2 — É indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindíveis do Presidente da República, dos Partidos Políticos e da Sociedade.
- "3 — Defendemos um período de transição para a implantação do Sistema Parlamentarista, através das Disposições Transitórias, de forma a assegurar o ajuste necessário das instituições ao novo sistema de governo, que, na sua plenitude, deverá ficar definido no corpo permanente da Constituição.
- "4 — A futura eleição presidencial, bem como a eleição para os membros do Congresso Nacional, deverá refletir fielmente o novo

modelo de governo, já então definitivamente instaurado no País.

"5 — O momento é de enormes dificuldades econômicas e sociais. O Parlamentarismo substancia e viabiliza o pacto político superior, do qual o Brasil depende para encontrar soluções indispensáveis ao bem-estar dos brasileiros.

"Assim, ninguém melhor do que V. Exa., para, do alto de sua histórica autoridade, triar os procedimentos necessários à consecução de tão nobres objetivos, a serem consagrados na Carta Magna."

Assinam o documento: senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado; deputado Luiz Henrique (SC), líder do PMDB na Câmara; deputado Eudélio Scelzo (PR), líder interno do PMDB no Congresso constituinte; senador José Riche (PMDB-PR), deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), deputado Joaquim Bevilacqua (PFL-SP), deputado Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), deputado Alenci Guerra (PFL-PR), senador José Fogaça (PMDB-RS) e deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA).

tamente, ele não mais votaria no parlamentarismo. A Folha apurou que outra defecção possível seria a do senador José Riche (PMDB-PR), centro, mas por razões inversas: caso a fórmula gradualista não seja adotada, o presidente Sarney teria seus poderes imediatamente amputados, e Riche preferiria um presidencialismo do tipo que está sendo denominado de "mitigado".

Essa sucessão de episódios favoráveis ao presidencialismo justificou a euforia do deputado José Sarney Filho (PFL-MA), centro, que, na ante-sala de seu pai, no Palácio do Planalto, dizia ao final da tarde ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que o parlamentarismo já estava matematicamente derrotado.

Confirmando-se essa reversão de prognósticos, inimaginável durante o último fim-de-semana, perderiam vigor as tentativas de, através de reformulações no projeto parlamentarista do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro, torná-lo mais palatável ao Palácio do Planalto e aos presidencialistas. Uma dessas iniciativas, de autoria de três peemedebistas — os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Fogaça (RS), centro-esquerda, e o deputado Egídio Ferreira Lima (PE), centro-esquerda — amplia os poderes presidenciais e prevê uma transição de um ano ao parlamentarismo.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, teria começado a estudá-la como uma solução conciliatória, de acordo com Cardoso e Fogaça. Mas

## Presidencialistas dizem ter maioria na comissão

Os presidencialistas que integram a Comissão de Sistematização iniciaram ontem um contra-ataque aos parlamentaristas, assegurando que têm maioria para a manutenção do atual sistema de governo. Tanto o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, quanto o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) contabilizam 51 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização como presidencialistas.

Autor de uma emenda que recebeu o apoio do PT, Barbosa reuniu-se com Sant'Anna, no gabinete deste, para discutirem as diversas propostas de sistema de governo. Dizendo que ambos têm "uma visão próxima", o deputado do PDT colocou-se aberto para negociações. "Sustentamos os ideais do presidencialismo em respeito ao voto direto", afirmou Barbosa, que estava acompanhado do deputado Luis Salomão (PDT-RJ).

Mesmo divergindo de muitos pontos da emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que representa a posição do presidente Sarney, Barbosa concorda com a manutenção da prática de decretos-leis. "Aceitamos, porque os governos modernos têm de ter expedientes ágeis para enfrentar certas situações, mas sujeitos ao controle e às emendas do Congresso", afirmou Barbosa. O pedetista disse ainda que pode conversar sobre a proposta parlamentarista, desde que o presidente da República seja eleito diretamente e conserve "amplos poderes".

Sant'Anna nega tal negociação, argumentando que ela não evitaria um presidente da República debilitado em suas atribuições, apesar da legitimidade do voto popular. E como o líder do governo poderia estar aceitando um recuo em nome do Planalto, o porta-voz presidencial, Frota Neto, desmentiu que a proposta de Nelson Carneiro, mesmo emendada, estivesse sendo objeto de qualquer aproximação entre os defensores das duas formas de governo.

Por fim, um último sintoma de apatia entre os parlamentaristas: eles cancelaram a reunião de seus dirigentes, marcada para ontem, às 21h, no apartamento do deputado Alenci Guerra, mesmo local em que se encontraram domingo à noite.

# Novo substitutivo descarta o Tribunal Constitucional

Do enviado especial a Brasília

O novo substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresentará sexta-feira caracteriza-se por uma inovação e uma omissão com relação ao Poder Judiciário. Inova ao detalhar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Justiça, que será uma espécie de auditoria permanente da magistratura. Mas ao mesmo tempo omite a criação do Tribunal Constitucional, desejada por juizes, promotores e advogados, e rejeitada pelos atuais ministros do Supremo Tribunal Federal. No "Projeto Cabral" e no substitutivo apresentado no dia 26 do mês passado, o relator já rejeitava a proposta, defendida pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

A Folha apurou que o Conselho Nacional de Justiça, cuja instituição fora apenas mencionada pelo primeiro substitutivo, terá seu organograma detalhado, no novo substitutivo, além do ponto a partir do qual Cabral pretendia inicialmente tratar apenas em legislação ordinária. O órgão, a ser integrado por sete ou nove membros, corresponderá, em verda-

de, a um mecanismo de controle externo do Judiciário, segundo proposta elaborada pela OAB, à qual a magistratura vem resistindo. De fato, esteve na semana passada em Brasília e encontrava-se ontem novamente, pressionando para que o Conselho fosse suprimido, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Márcio Nogueira Garcez. O "lobby" da OAB também foi ativo: uma comissão de seu Conselho Federal foi recebida antontem por Ulysses Guimarães.

Quando ao Tribunal Constitucional, sua não inclusão no novo substitutivo poderá ser contornada por emenda que o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Integrado por juizes indicados pelo Congresso e pelo presidente da República, com mandatos fixos e não mais vitalícios (como atualmente no STF), o novo tribunal teria como atribuição "velar" pela Constituição, podendo pronunciar-se sobre arguições de constitucionalidade — hoje prerrogativa da Procuradoria-Geral da República — ou arguições de constitucionalidade "por omissão". (JBN)

# Anibal faz proposta contra corrupção

Das Sucursais de Brasília e de Porto Alegre

O ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, anunciou ontem, após encontro com o presidente José Sarney, a modificação da estrutura da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (Sarem) para evitar corrupção na aprovação de projetos. Teixeira disse que a Secretaria de Planejamento vai criar formulários especiais para que prefeitos e governos estaduais não tenham que utilizar empresas de consultoria para obter a liberação das verbas, o que vem ocasionando irregularidades, segundo denúncias recentes. O ministro não especificou quais serão as modificações. "A burocracia é que gera a corrupção", disse.

Anibal Teixeira afirmou que até o

momento não foi identificado qualquer funcionário envolvido com as empresas de consultoria. Negou, também, substituição de servidores em função das denúncias.

Tribunais

A próxima Constituição deve autorizar os Tribunais de Contas a suspender contratos de funcionários públicos admitidos sem concurso e impedir aposentadorias com "gratificações imorais", disse ontem o presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Alexandre Machado, ao anunciar a realização do 14º Congresso de Tribunais de Contas do Brasil, a partir de domingo, em Porto Alegre. Uma das discussões do congresso será sobre a ampliação do poder de decisão dos Tribunais de Contas.

# D. Paulo diz que Brossard "se irrita com facilidade"

Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, 65, disse ontem, às 10h30, em entrevista coletiva, no bairro do Belém (zona leste paulistana) durante a "4ª Semana da Fé e Compromisso Social", que tem como tema a comunicação social, que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, "está mal informado, irritando-se com demasiada facilidade". Segundo d. Paulo, o ministro "deve saber que a Igreja jamais recuou diante de gritos ou mesmo de insultos".

Este foi o primeiro comentário público de d. Paulo sobre a audiência de Brossard ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, no último dia 25, em Brasília, durante a qual o ministro repreendeu aos gritos (ouvidos pelos repórteres que se encontravam na ante-sala) o presidente da CNBB. Brossard acusou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de "atentado contra a soberania e a unidade do Brasil".

Diploma de Jornalista D. Paulo Evaristo Arns, 65, cardeal-arcebispo de São Paulo: "O diplo-

ma, em todas as matérias, dá um fundamento para a pessoa e também cria condições, dentro da nação, para que haja um nível mais elevado. Não excluo, porém, que pessoas capazes de se comunicarem sejam sempre admitidas para escreverem em jornais e revistas e utilizarem os outros meios de comunicação, já que a democracia e o bem comum são bens supremos no plano terreno."

Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto), 43, teólogo, da ordem dominicana: "Sou contra o diploma para jornalistas na medida em que as faculdades de comunicação no Brasil não têm competência para formar bons jornalistas. Para os jornalistas, como para os parlamentares, não é suficiente ter o diploma. Os jornalistas também teriam que ser eleitos."

Ismar de Oliveira Soares, 43, professor doutor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP): "Sou favorável ao diploma porque, através dos cursos de comunicação, elementos das classes menos favorecidas têm acesso ao sistema de comunicação. Do contrário, somente os interesses dos proprietários dos veículos é que ditarão a conveniência da contratação de profissionais."



Aureliano Chaves sai do Sirio-Libanês

# Aureliano diz que é 'presidencialista por convicção'

Da Reportagem Local

O ministro das Minas e Energia — e presidente de honra do PFL —, Aureliano Chaves, fez, ontem à tarde, uma longa defesa do presidencialismo. Ele destacou que "República e presidencialismo são irmãos gêmeos" e que "não se pode confundir presidencialismo com exacerbção de poderes por parte do Executivo. Sou presidencialista por convicção". O ministro, cogitado em seu partido para disputar a próxima sucessão presidencial, falou à imprensa depois de fazer uma visita à família do general Golbery do Couto e Silva, internado em estado grave no Hospital Sirio-Libanês.

Pela manhã, ele recebeu deputados estaduais e federais no hotel onde está hospedado, mas nenhum do comando paulista de seu partido, que mantém um relacionamento difícil com a direção nacional do PFL. Aureliano Chaves almoçou, na empresa de publicidade Salles Interamericana, com um grupo de empresários paulistas. Hoje, ele participa de um debate na Fiesp e, à tarde, segue para Salvador (BA).

# Governadores fazem reunião e pedem verbas em Brasília

Da Sucursal de Brasília

Reunidos ontem, às 16h, no restaurante do Anexo 4 da Câmara dos Deputados, em Brasília, os governadores Epitácio Cafeteira (MA), Henrique Santillo (GO), Marcelo Miranda (MS), Alberto Silva (PI), Fernando Collor de Mello (AL) e Antonio Valadares (SE) e o vice-governador Edson Freitas (MT) reafirmaram sua proposta de redivisão do "bolo" tributário da União. Eles querem que seja destinado ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios 47% do total recolhido com o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e com o Imposto de Renda (IR).

O substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) estipula aquela percentagem em 46%, enquanto a proposta do governo federal é de 40%. Está sendo pleiteada também a elevação de 2% para 3% do fundo destinado às regiões consideradas "pobres".



# MAIS UM PARTIDO NA PRAÇA

Foi lançado ontem, em São Paulo, o Partido Liberal Democrático (PLD), em cerimônia (foto) realizada em sua sede nacional, na Rua Venceslau Brás (centro). O presidente da Comissão Nacional Provisória

# Reunião obtém 5 pontos de consenso

Mesmo sem um acordo sobre a data e a forma de implantação do parlamentarismo, os defensores do novo sistema ficaram satisfeitos com o documento redigido ontem, que traça cinco pontos consensuais. Segundo opinião de diversos participantes da reunião, o texto é uma resposta às críticas do presidente Sarney de que há uma multiplicidade de propostas e que os parlamentaristas estão divididos.

Apenas o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) não escondia seu descontentamento pelo resultado da reunião para a elaboração do documento de consenso entre três facções parlamentaristas, que divergem quanto aos prazos para a implantação do novo sistema. Cid Carvalho acha que o problema crucial — a definição da data — foi escamoteado. "Esse texto mostra a união de todas as correntes", disse a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). "Agora vamos para a negociação maior, que é com o governo", afirmou o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC).

A falta de definições do documento foi interpretada por Luiz Henrique como um elemento de "flexibilidade

para negociação". Os cinco itens do documento são suficientes para obter a maioria dos membros da Comissão de Sistematização, segundo Sandra e Luiz Henrique. A partir deste texto, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, poderá iniciar negociações com Sarney.

A proposta de divulgação de um texto nasceu numa reunião, na noite de antontem, na casa do deputado Alenci Guerra (PFL-PR), onde estavam presentes parlamentaristas que defendem diferentes propostas. Foi formada uma comissão de oito parlamentares — o senador José Fogaça (PMDB-RS) e os deputados Cid Carvalho, Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Saulo Queiroz (PFL-MS), Sandra Cavalcanti, Arnaldo Prieto (PDS-RS), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) —, que após uma reunião na manhã de ontem encontraram-se à tarde com os líderes peemedebistas e selaram o documento. Hoje, o grupo volta a se reunir em busca de uma solução para a implantação do parlamentarismo e para analisar a aceitação do documento.

# Vereador do PMDB rasga ficha na TV

Da Sucursal do Paraná

O vereador de Curitiba (PR) Jorge Bernardi, do PMDB, rasgou ontem sua ficha de filiação ao partido, durante uma entrevista no programa "Bom Dia Paraná", às 7h50, pela TV Paranaense, em "protesto" pela forma de condução do processo de expulsão dele e de mais cinco vereadores — acusados de "conduta antipartidária" — pelo diretório estadual do partido. Segundo o vereador, um grupo de mais de cem pessoas — que "nos levava o seu apoio" — lotou a sede do PMDB às 19h de segunda-feira, quando deveria ocorrer a reunião para definir a expulsão, e foi arbitrariamente expulso por um batalhão da PM convocada pela Executiva do PMDB. O secretário-geral Luis Claudio Romanelli disse que entre os cem presentes havia um grupo de trinta lutadores contratados em uma academia de boxe de Curitiba.